



OS PROCESSOS DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO

Rafaela Jovial CITOLINO¹
Juliene Aglio Oliveira PARRÃO²

RESUMO: O presente artigo resulta das pesquisas realizadas durante o grupo de Iniciação Científica “Inclusão e desigualdade: expressões contemporâneas” do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo e tem por finalidade compreender o processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior no município de Presidente Prudente. Nesse sentido, apresenta alguns aspectos quanto ao processo de inclusão social das pessoas com deficiência, seguido por reflexões a respeito da educação inclusiva e por fim detalhes e resultados da pesquisa submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa sob nº 31689020.3.0000.8132. Para compreensão do assunto proposto foram utilizadas pesquisas bibliográficas e em meio eletrônico, bem como realizada uma entrevista com a Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, mediante a devida aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoa com deficiência. Educação. Acessibilidade. Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de um conjunto de reflexões realizados durante o grupo de Iniciação Científica “Inclusão e desigualdade: expressões contemporâneas”, promovido pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo e conduzido pela Doutora em Serviço Social, docente e coordenadora do curso de Serviço Social da supracitada Instituição de Ensino Superior, Juliene Aglio Oliveira Parrão.

¹ Discente do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Toledo (PICT) “Inclusão e desigualdade: expressões contemporâneas”. E-mail: rcitolino@gmail.com

² Coordenadora do grupo de Iniciação Científica “Inclusão e desigualdade: expressões contemporâneas”, docente e coordenadora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora do Trabalho. E-mail: coord.social@toledoprudente.edu.br

Esse estudo teve por objetivo central compreender o processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior no município de Presidente Prudente e como objetivos secundários estudar as práticas realizadas para efetivação desse processo, bem como estabelecer quais as principais dificuldades encontradas ao longo dele.

Para tanto, foram-se utilizados critérios de seleção para o sujeito da pesquisa, os quais serão melhor explicados no item 4 do presente artigo. Desse modo, para fundamentar o trabalho utilizou-se de pesquisas bibliográficas e em meio eletrônico, bem como da pesquisa de campo realizada por meio de uma entrevista com a Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, sujeito da pesquisa.

Além disso, o artigo encontra-se estruturado por meio de três seções. Em primeiro momento levantou-se como se deu a inclusão social das pessoas com deficiência, passando pelas fases da exclusão, segregação, integração para chegar-se então à inclusão.

Em seguida apresentou-se sobre alguns aspectos relacionados a inclusão educacional das pessoas portadoras de deficiência, para pôr fim discorrer-se a respeito dos resultados observados durante a pesquisa de campo com a Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento da Toledo Prudente.

2 O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

Ao discutirmos a respeito da inclusão educacional, faz-se necessário primeiramente compreendermos que o conceito e prática da inclusão social são recentes e que ela resulta de diversas fases. De acordo com Sasaki (1997, p. 16),

A sociedade [...] começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais.

Cabe ressaltar que essas fases ocorrem de modo diferente conforme a época e local aos grupos populacionais, em diversos países do mundo ainda

podemos observar a exclusão e segregação social sendo praticadas para com diversos segmentos sociais.

Por muitos séculos as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade por serem consideradas inválidas, socialmente inúteis e incapazes para o trabalho. Em seguida, adotou-se a prática da segregação, onde as pessoas portadoras de deficiência eram internadas em instituições de caridade recebendo abrigo, alimentação e medicamentos.

Por meio da segregação institucional buscava-se fornecer as pessoas com deficiência todos os serviços possíveis, uma vez que a sociedade não as aceitava nos serviços existentes na comunidade. Desse modo, as instituições passaram a especializar-se para atenderem esse grupo populacional, surgindo, por exemplo, na década de 1960 escolas especiais, centros de habilitação e reabilitação, associações e clubes sociais especiais.

Em meados do final da década de 1960, por meio da integração social procurou-se inserir as pessoas portadoras de deficiência no meio social, tais como nos sistemas de ensino, de trabalho, de lazer e família. Inicialmente, tinha-se a ideia “de normalizar estilos ou padrões de vida” (SASSAKI, 1997, p. 31), no entanto, essa concepção foi confundida com “tornar normais as pessoas deficientes” (JÖNSSON, 1994; BRASIL, 1994 apud SASSAKI, 1997, p. 31).

Já na década de 1970, a normalização passou a compreender o processo de normalizar os serviços e ambientes, ou seja, ofertar as pessoas com deficiência as condições de vida mais similares possíveis as condições do restante da sociedade, criando ambientes de escola, moradia, trabalho, entre outros, separados, porém parecidos ao das demais pessoas.

A prática da integração social ganhou maior impulso a partir da década de 1980 com o surgimento da luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Entretanto, diante das experiências adquiridas ao longo das fases até então mencionadas, ao final da década de 1980 e início da década de 1990, notou-se que somente a integração social não era suficiente para proporcionar as pessoas portadoras de deficiência uma real participação na sociedade com igualdade de oportunidades.

Conforme Sasaki (1997, p. 33),

[...] a integração tinha e tem o mérito de inserir a pessoa com deficiência na sociedade, sim, mas desde que ela esteja de alguma forma capacitada a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes.

Portanto, a integração social trata-se de inserir na sociedade pessoas portadoras de deficiência que atingiram algum nível de competência compatível aos padrões sociais impostos.

Apesar de existirem práticas de integração social como a classe especial em uma escola comum, escolas especiais, entre outros, tais práticas não deixam de ser segregativas, uma vez que não proporcionam mudanças atitudinais, de espaços físicos e costumes sociais suficientes para atenderem os direitos das pessoas com deficiência de maneira plena.

Por sua vez, a inclusão social constitui

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, apud SASSAKI, 1997, p. 39 – 40)

Esse movimento tem por objetivo a construção de uma nova sociedade baseada na celebração das diferenças, na valorização da diversidade humana, na igual importância das minorias e na cidadania com qualidade de vida, onde por meio de sucessivas transformações nos espaços físicos e na mentalidade humana a sociedade atenda as necessidades de todos os seus membros.

Dessa maneira, considerando o modelo social da deficiência, os problemas não estão nas pessoas portadoras de deficiência, mas sim na sociedade que por meio de suas barreiras acarretam na incapacidade dessas pessoas desempenharem seus papéis sociais.

Assim, a sociedade deve responsabilizar-se em eliminar suas barreiras, sejam elas arquitetônicas, instrumentais, atitudinais, programáticas ou comunicacionais para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços necessários ao seu pleno desenvolvimento.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O processo de inclusão educacional das pessoas com deficiência também está composto pelas fases de exclusão, segregação, integração e inclusão, sendo comum a indiferenciação dos dois últimos no âmbito da educação. Sendo assim, faz-se necessário ressaltarmos suas diferenças.

Enquanto a integração prevê o surgimento de classes especiais dentro de escolas comuns ou o ensino em escolas especiais, reforçando o fato de que nem todas as pessoas com deficiência cabem nas turmas do ensino regular, uma vez que há uma seleção prévia dos que estão aptos a tal inserção, a inclusão desafia o sistema educacional estabelecendo que todos, sem exceção, devem frequentar o ensino regular.

A inclusão educacional “não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 2003, p. 16). Desse modo, escolas inclusivas consideram as necessidades de todos os alunos, estruturando seu sistema de ensino em torno dessas necessidades.

Para Mantoan (2003, p. 16 – 17), além de exigir uma mudança no paradigma educacional, eliminando a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular, propondo que as escolas atendam as diferenças sem discriminar, a inclusão provoca a melhoria na qualidade do ensino atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula.

No Brasil, a Convenção da Guatemala, promulgada pelo Decreto nº 3.956 de 2001, traz uma importante mudança no contexto da educação ao exigir uma reinterpretação da educação especial. A Convenção afirma que

[...] as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. (BRASIL, 2008).

Outro marco importante trata-se da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, a qual assegura “um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena” (BRASIL, 2008), da qual o Brasil é signatário.

Atualmente, a perspectiva da educação inclusiva no Brasil está estabelecida por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de acordo com essa, a educação especial consiste em

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008)

Por meio do atendimento educacional especializado procura-se eliminar as barreiras de modo a proporcionar a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, para tanto, tal atendimento identifica, elabora e organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade.

De acordo com essa política, a inclusão escolar tem início na educação infantil e deve se estender até o ensino superior onde deve-se desenvolver ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Nesse sentido, devem ser ações que envolvam o planejamento e organização dos serviços e recursos tendo em vista a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos materiais didáticos e pedagógicos e nos sistemas de informação.

Na próxima seção do presente artigo, a educação inclusiva no ensino superior será abordada por meio de um estudo realizado na Instituição de Ensino Superior (IES) Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo.

4 A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

O presente artigo resulta do projeto de pesquisa “A Inclusão Educacional de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior”, elaborado durante o grupo de Iniciação Científica “Inclusão e desigualdade: expressões contemporâneas” sob orientação da Doutora em Serviço Social e coordenadora do supracitado grupo, Juliene Aglio Oliveira Parrão, submetido a Plataforma Brasil sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 31689020.3.0000.8132 e devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo discutir a inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior nas IES do município de Presidente

Prudente, procurando estudar as práticas adotadas para viabilizar a inclusão, bem como estabelecer quais as dificuldades encontradas durante esse processo.

Para tanto, foram utilizados critérios de exclusão para seleção do sujeito da pesquisa. Sendo o primeiro deles Instituições de Ensino Superior localizadas no município que possuem cursos presenciais e, em segundo, dentre tais instituições qual delas possui um núcleo e/ou um coordenador responsável pela acessibilidade.

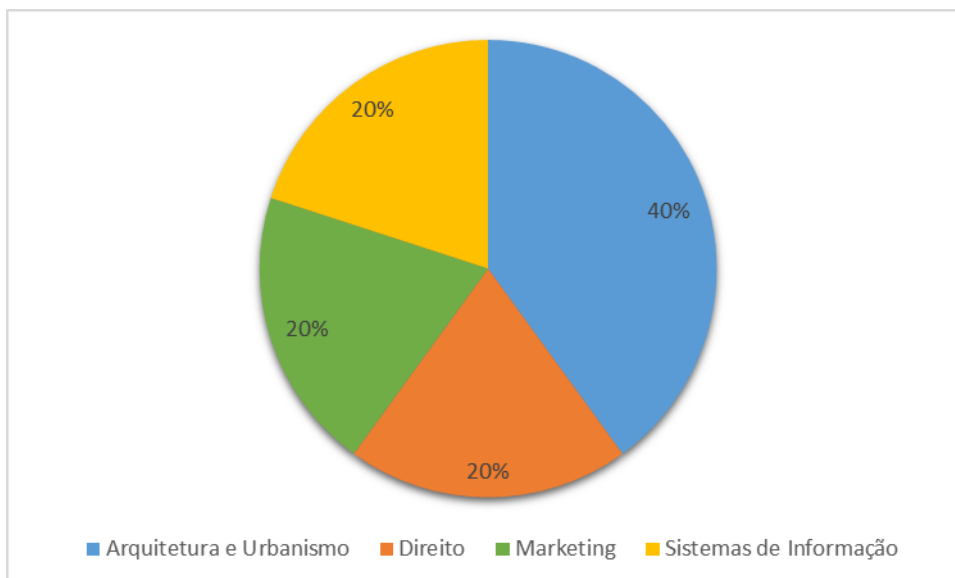
Após selecionados os critérios para o sujeito da pesquisa, verificou-se que, dentre as 4 Instituições de Ensino Superior que possuem cursos presenciais apenas o Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo possui um núcleo responsável exclusivamente pela acessibilidade.

Desse modo, a pesquisa articulou um estudo de caráter qualitativo a partir de uma entrevista realizada com a coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, por meio da ferramenta Google Meet considerando o contexto atual da pandemia de COVID-19, a qual os resultados serão apresentados a seguir.

4.1 Desafios e Possibilidades da Inclusão

No primeiro semestre de 2020 o Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo apresentava 2.319 alunos matriculados, dentre os quais apenas 5 possuem algum tipo de deficiência.

GRÁFICO 1 – Cursos com alunos com deficiência



Fonte: elaborado pela autora com base na entrevista realizada com a Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento (NAAC) do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, 2020.

O gráfico acima demonstra em quais cursos estão matriculados os alunos com deficiência supracitados, sendo: 2 alunos com deficiência visual em Direito; 1 aluno com deficiência auditiva em Arquitetura e Urbanismo; 1 aluno com deficiência física em Marketing; e 1 aluno com deficiência física em Sistemas de Informação.

Diante tais dados, a hipótese de que em algum momento o sistema de ensino continua a ser falho para com as pessoas portadoras de deficiência torna-se clara, apenas 0,21% dos estudantes matriculados no Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo possuem algum tipo de deficiência. Face a ausência de investimentos públicos direcionados a educação inclusiva em todos os níveis de ensino e a falta de estímulo, seja por parte da família ou pelo restante da sociedade, muitos estudantes acabam evadindo do ambiente escolar.

O olhar direcionado a pessoa com deficiência ganhou mais destaque na Toledo Prudente com a instituição do Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento (NAAC) no ano de 2016.

Anteriormente a sua instituição o atendimento direcionado a pessoa portadora de deficiência já era realizado, no entanto, não existia uma centralização. Conforme a fala da entrevistada durante a pesquisa, os alunos efetuavam uma solicitação junto a pró-reitora acadêmica e a partir disso ofertava-se o atendimento.

Com a implementação do NAAC uma das maiores mudanças dizem respeito a parte estrutural da instituição de ensino. Foram feitas reformas nas salas

de aula, nas áreas de eventos, instalação de elevador, plataforma e meios de sinalização em diversos locais do prédio etc.

De acordo com o artigo 2 do Regulamento do Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento – NAAC (2018, p. 2),

O Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento – NAAC será responsável pela formulação e implementação da política de acessibilidade e viabilização de ações da Toledo Prudente, tendo como objetivo a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicações, digitais e pedagógicas.

A eliminação de tais barreiras tem por finalidade garantir a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente acadêmico e fazer com que ela permaneça no mesmo.

A proposta do Núcleo é acompanhar os alunos com deficiência desde o processo seletivo até a finalização de sua graduação. Entre suas atribuições também está ofertar atendimento a terceiros em eventos para o público realizados dentro do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo. Além disso, possuem a função de conscientização, onde introduzem as temáticas inclusão, deficiência, acessibilidade, entre outras nas matrizes curriculares, objetivando a “formação nesse tipo de conhecimento” (Entrevistada, 2020).

Outro ponto a ser destacado consiste no fato de o NAAC disponibilizar atendimento a qualquer aluno que possua alguma especificidade desde que a mesma seja requerida juntamente a alguma documentação, seja ela laudo médico ou recomendação pedagógica, que comprove a necessidade de um atendimento personalizado.

Ao questionarmos quanto as ações desenvolvidas para a inclusão educacional das pessoas com deficiência a entrevistada (2020) apresentou que cada aluno necessita de um atendimento diferente, sendo assim, possuem como objetivo o atendimento personalizado.

A acessibilidade ainda tem essa questão, além de existir vários tipos de deficiência cada deficiência ela é muito particular, cada pessoa desenvolve de uma forma, então o atendimento tem que ser assim: ouvir aquela pessoa pra ver o que ela realmente precisa, para ofertar algo personalizado [...] (ENTREVISTADA, 2020)

Um dos maiores desafios encontrados durante esse processo de inclusão da pessoa com deficiência consiste na conscientização da própria

necessidade de realizar mudanças, mediante a pesquisa levantou-se que mesmo na própria instituição esse aspecto precisou ser reconstruído, trabalhando a perspectiva de que a pessoa portadora de deficiência tem o direito de circular sem barreiras.

Outro desafio está relacionado ao aspecto financeiro, a transformação necessária para que um ambiente possua acessibilidade requer alto investimento, a solução encontrada pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo para realizar as alterações, principalmente as estruturais, foi a elaboração de um cronograma com implementações e atualizações a serem realizadas mês a mês, ano a ano e até mesmo em uma projeção de 5 anos.

Para a entrevistada (2020), a instituição

[...] superou o primeiro obstáculo que foi a questão de reconhecer a necessidade e investir nisso, agora estamos no desafio de manutenção disso tudo e o processo de conscientização dos alunos que não tem a deficiência e dos alunos que tem a deficiência para que exista esse relacionamento saudável entre eles também.

Ainda dentro do aspecto financeiro foi pontuado o atendimento personalizado como uma das dificuldades da IES, uma vez que as tecnologias direcionadas a essa área evoluem constantemente. Conforme a entrevistada (2020), a partir das alterações legislativas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC) começou-se a exigir e fiscalizar as instituições de ensino superior no quesito acessibilidade e inclusão.

Diante disso, muitas universidades precisaram de modo rápido efetuar mudanças para seguir as disposições do MEC, o que ocasionou na valorização de tudo relacionado a acessibilidade. Outrossim, “a acessibilidade é um ponto da manutenção de uma instituição, então essas questões acabam por dificultar um pouco o acesso as tecnologias, principalmente pela questão dos valores elevados” (ENTREVISTADA, 2020).

Mesmo com as dificuldades elencadas, a inclusão possui diversos pontos positivos, onde o destacado durante a pesquisa foi o da inserção das diferenças em um mesmo ambiente. Para a entrevistada (2020)

[...] o grande ponto positivo da inclusão não é nem o ganho da pessoa com deficiência, mas a formação que nós conseguimos dar de uma forma geral, do ambiente acadêmico de forma geral de lidar e respeitar aqueles que são diferentes.

A inserção das diferenças em um mesmo ambiente inicialmente gera conflitos, uma vez que o homem possui uma tendência a recusar aquilo que é diferente de si, no entanto, passado seu período de adaptação é possível notar tanto o crescimento educacional, como o crescimento pessoal. A diversidade proporciona o aprendizado da empatia, a respeitar e como tratar as necessidades do outro.

4.2 Perspectivas para a Inclusão

A educação inclusiva de fato requer uma revolução no sistema educacional, para Mantoan (2003, p. 31),

[...] a inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais.

Durante a pesquisa, fora levantado que um dos primeiros passos para a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior consiste na melhora do investimento no ensino básico, de acordo com a entrevistada (2020), em seus diversos estudos relacionados a temática da pessoa com deficiência, notou-se que:

[...] quando a pessoa com deficiência ela tem acesso à educação em todos os seus níveis, junto com a educação vem a conscientização de direitos e a formação desse indivíduo como cidadão, ele passa a ser ativo socialmente, no sentido de poder votar, de escolher seus representantes, de reivindicar seus direitos. Então a formação básica é quando o aluno tem essa recepção na educação desde o infantil, de interação com o outro, das assistências que ele precisa, isso vai acontecendo durante todo o transcurso do processo educacional, é muito seguro que esse aluno vá conseguir futuramente ingressar no ensino superior por exemplo, se formar e ir para o mercado de trabalho.

Diversos entraves sociais são impostos a pessoa portadora de deficiência, no entanto, no atual contexto onde a produtividade de um indivíduo se sobressai a sua formação enquanto cidadão, de respeitar o outro e tratá-lo de maneira empática formam-se seres individualistas.

Diante desse cenário, o ensino básico para formação de indivíduos nas temáticas relacionadas a diversidade, de respeito das diferenças, ao socioemocional, entre outros, se faz de suma importância, uma vez que ensinar uma

criança é mais fácil do que desconstruir todos os pré-conceitos formulados socialmente durante o ensino superior.

Nessa perspectiva, Mantoan (2003, p. 33) pontua que a transformação da escola se dá em diversas frentes de trabalho, onde uma das tarefas fundamentais consiste na reorganização pedagógica das mesmas, expandindo espaços para que a “cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas [...] porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania”.

Diante do exposto ao longo do presente trabalho e por meio da pesquisa efetuada identificou-se que o ensino inclusivo é aquele que respeita as diferenças pedagógicas, ofertando aquilo que cada indivíduo necessita em um mesmo ambiente, trata-se de ofertar ao aluno as devidas condições para sua aprendizagem e aos professores os mecanismos para oferta-la.

CONCLUSÃO

A exclusão de indivíduos e grupos considerados fora dos padrões se torna evidente no sistema de ensino (o qual deveria ser universal), a partir do processo de democratização da educação. No entanto, o Brasil, nos últimos anos, por meio de políticas públicas direcionadas a valorização do cidadão, respeitando suas particularidades, tem evoluído na promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Ao compreender que a exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência se trata da maneira como estamos organizados socialmente pode-se entender a deficiência como um resultado das barreiras impostas pela sociedade, sejam elas físicas, organizacionais e/ou atitudinais.

Pelo presente artigo objetivou-se compreender o processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior no município de Presidente Prudente, levando pontos como quais os principais desafios do mesmo e quais práticas podem contribuir para sua efetivação.

A partir do reconhecimento das dificuldades existentes no sistema de ensino torna-se evidente a necessidade de enfrentar as práticas discriminatórias e elaborar alternativas para superá-las, neste ponto a educação inclusiva assume um espaço central em colocar a escola como parte da superação da lógica da exclusão.

Mesmo que com um número baixo de egressos com deficiência matriculados em seus cursos de graduação e com todas as dificuldades apontadas ao longo deste trabalho, o Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo possui em seu Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento os passos necessários para contribuir com a inclusão educacional das pessoas com deficiência.

No entanto, ao longo da pesquisa tornou-se claro a necessidade da discussão de temáticas como a inclusão e a diversidade para que a real inclusão seja de fato conquistada. Dessa maneira, a inclusão educacional das pessoas portadoras de deficiência constitui um esforço não somente da própria instituição de ensino, mas sim da sociedade como um todo.

Por fim, cabe ressaltar que para a presente pesquisa foram-se utilizados critérios de exclusão para selecionamento do sujeito da pesquisa, entretanto, esse fator não significa que as demais Instituições de Ensino Superior localizadas no município de Presidente Prudente não possuam ações destinadas a inclusão das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. – (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em 30 ago. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Rio de Janeiro, 176p.: ISBN 85.85644-11-7. 7ª edição, 2006.

TOLEDO PRUDENTE CENTRO UNIVERSITÁRIO. **Normalização para apresentação de monografias/tc e artigos científicos da Toledo de Presidente Prudente**. Toledo Prudente Centro Universitário – Presidente Prudente, 2020. 132 p.

TOLEDO PRUDENTE CENTRO UNIVERSITÁRIO. **Regulamento Núcleo de Acessibilidade e Acolhimento – NAAC**. Toledo Prudente Centro Universitário – Presidente Prudente – SP, 2018.